

Cardoso afirma que já eliminou todas as despesas supérfluas

Com os cortes, ministro quer um orçamento mais racional que privilegie a Saúde e a Previdência

ANA CECÍLIA AMERICANO

O governo deve apresentar ao Congresso sua proposta de orçamento para 1994 na última semana de novembro. Segundo o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, a intenção é dar tempo ao Legislativo aprová-lo ainda este ano. Ele negou, ontem, que cortes sejam feitos na Saúde. "Isso é impensável", afirmou.

Cardoso negou ainda as notícias de suspensão de repasses a Estados e Municípios. O que pretende é um orçamento mais racional, que venha a permitir mais recursos para a Saúde e Previdência. "Não é uma questão de cortar, pois já cortamos tudo o que era possível", disse. "Mas de eliminar gastos supérfluos." Para Cardoso, a CPI do Orçamento está provando que as verbas federais vinham sendo, de fato, mal-aplicadas: um aspecto considerado positivo, apesar do escândalo.

O ministro fez questão de frisar

que nem a TR nem a Ufir serão extintas ou que a prefixação de preços e salários será adotada antes de um ajuste fiscal. Mas avisou que quando o ajuste vier será "forte". Cardoso garantiu que as medidas econômicas não só passarão pelo Congresso, como terão tempo suficiente para serem discutidas no Legislativo. Irritado com as especulações sobre o pacote, Cardoso disse que elas deixam o mercado inseguro à toa. "É muito fácil acabar com a TR; difícil é mudar a mentalidade das pessoas." Pedindo calma ao mercado, lembrou que tem conseguido cumprir quase tudo o que prometeu ao assumir a pasta há cinco meses (*ver reportagem sobre Programa de Ação Imediata acima*). "Eu disse que a inflação se estabilizaria, e ela estável."

Para o ajuste fiscal, reconheceu que serão necessárias medidas constitucionais, pois todos os impostos estariam amarrados à Car-

ta. Defendendo a necessidade de uma reforma constitucional, declarou que o atual sistema tributário é insustentável.

Cardoso defendeu ainda a necessidade de se unificar os 25 índices econômicos usados no mercado. Reclamou das metodologias de cálculo desses índices, nos quais até loterias, viagens e contas em

restaurantes são incluídos até hoje. Para ele, no entanto, a unificação dos índices é uma tarefa que não cabe ao Ministério da Fazenda, para que não seja acusado de manipulação.

Cardoso acusou a revista *Isto É*, cuja última reportagem de capa fez menção a supostas irregularidades na compra de sua fazenda em Minas, de

estar tentando desmoralizar sua imagem, com vistas à sua candidatura à presidência da República. "Mas, reafirmo: não sou candidato a presidente", declarou. Segundo ele, as denúncias não o preocupam.

MINISTRO
NEGA A
EXTINÇÃO DA
TR E DA UFIR E
A PREFIXAÇÃO
DE PREÇOS
E SALÁRIOS